

**O Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Paraná vem denunciar e manifestar seu repúdio pela ação de Policiais Militares do Paraná no caso da prisão de uma comerciante em bairro de Curitiba, na noite de sexta-feira, dia 22 de outubro de 2021.**

As cenas, que circulam nacionalmente, causam absoluto sentimento de revolta e provocam toda sorte de sentimentos ligados ao medo e à insegurança, àquelas que, independente de seu desejo, tenham assistido ao fato. Representam, portanto, o oposto da principal missão das forças de segurança pública estadual.

Não bastassem as violências doméstica, sexual, patrimonial, estrutural, entre tantas outras sofridas pelas mulheres nesta sociedade machista, patriarcal e misógina, neste caso houve uma violência institucional, que, inclusive, envergonha o Estado do Paraná perante a Nação, vergonha esta mostrada em imagens grotescas onde um policial militar age violentamente, bate e agride verbalmente uma mulher já contida, no chão, enquanto outros cinco policiais nada fazem para que tal não aconteça. Tal atitude depõe contra a própria instituição e prejudica àqueles profissionais que exercem com dignidade e respeito as leis, as funções que lhe foram atribuídas.

Ainda que verdadeira a alegação dos Policiais, de que responderam a uma agressão inicial da comerciante em reação à ação da Polícia Militar, não é possível aceitar esta conduta agressiva. É pressuposto que para exercer a função de policial sejam necessários auto controle e capacitação para enfrentar situações desse tipo, pois estas são corriqueiras em seu trabalho. É preciso que os policiais militares estejam preparados para situações como esta de tal forma que, ao vivenciarem, tenham o equilíbrio e o respeito necessários para com cidadãs e cidadãos.

É triste observar que ainda há casos como este ocorrendo em nossa sociedade, onde as mulheres sofrem ataques até daqueles que as deveriam proteger.

Enquanto conselho de defesa dos direitos das mulheres, solicitamos urgência na

apuração dos fatos e exigimos punição exemplar aos envolvidos, para que compreendam que o "uso da força progressiva" não lhes dá o direito de descarregar sua raiva misógina contra mulheres.

Igualmente, instamos que a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, reavalie e promova a capacitação permanente de seus agentes, especialmente no que diz respeito ao uso da força, ao auto controle, e à necessária responsabilidade inerente ao uso de armas conferido pela sociedade. Entendemos como extremamente necessária a avaliação e acompanhamento em saúde mental dos policiais como forma de identificar e prevenir ações que decorram de stress, desgaste emocional, depressão ou qualquer outra manifestação que predisponha este profissional a cometer falhas, excessos no uso da força, julgamento moral, e perda de controle.

Nos colocamos à disposição para contribuir neste processo caso assim esta Secretaria avalie como pertinente.



**Maria Isabel Corrêa**  
**Presidente do CEDM/PR**